

O DESPORTO E O CONSTRANGIMENTO DEMOGRÁFICO

INTRODUÇÃO

As previsões demográficas são tema da agenda política. A tendência para o envelhecimento da população a par da quebra da natalidade antecipa um futuro bem diferente dos tempos atuais e com consequências muito significativas em vastos setores sociais.

Num estudo recente encomendado pelo governo português estima-se que a população portuguesa desça para pouco mais de seis milhões de habitantes em 2060.

As consequências para o desporto serão inevitáveis. Um redução de mais de 40% da população atual significa uma condicionante significativa no sistema de práticas desportivas tanto mais que a esta redução populacional corresponderá uma pirâmide etária assimétrica e profundamente marcada por segmentos etários de população adulta e sénior.

Num país que apresenta os mais baixos índices de atividade física e desportiva da população o cenário demográfico é preocupante. É expectável em alterações significativas em todo o sistema desportivo e, desde logo, nas práticas desportivas. Com uma população menos jovem e mais envelhecida as práticas competitivas tenderão a reduzir-se e as práticas recreativas e associadas ao ativismo físico a aumentar.

Perante as consequências deste cenário demográfico, torna-se importante que as federações desportivas, e todo o movimento associativo desportivo, reflitam, abram o espaço de debate e assumam qual a amplitude do seu espaço de intervenção e missão na concretização do que vulgarmente se designa por desenvolvimento da prática desportiva, sob pena de se balcanizar cada vez mais o desporto tornando-o refém instrumental de agendas estranhas, as quais não raras vezes contribuem para o seu enfraquecimento e desvalorização social.

O Comité Olímpico de Portugal (COP) deixa aqui um singelo contributo estimando que outros contributos se possa juntar à urgente reflexão sobre o problema.

Lisboa, Novembro de 2014

A tendência para o envelhecimento da população está estatisticamente identificada. Confirmam-no os dados de organismos nacionais e internacionais pelo que se trata de uma informação que não pode ser ignorada. Para o envelhecimento da população concorrem duas outras tendências: a diminuição da fecundidade e o aumento da esperança média de vida.

A conjugação de ambas afetará não apenas os modelos de emprego, de formação e de segurança social. De um modo geral, toda a organização da sociedade, tanto nas instâncias do trabalho como do lazer, da saúde e da educação como dos equipamentos sociais será afetada por uma população cuja estrutura etária é, previsivelmente, nos próximos dez anos, traduzida por uma relação de 20% por segmento até 20 anos de idade, para mais de 30% por segmento acima dos 60 anos.

Sendo uma tendência comum à generalidade dos países europeus reveste-se em Portugal, dado o seu número reduzido de habitantes, de uma configuração especialmente preocupante, conforme se constata do recente relatório final da Comissão para a Política da Natalidade em Portugal constituída por decisão do Presidente do Partido Social Democrata saída do último congresso do partido.

Esta tendência, vincada no relatório “Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035): remover os obstáculos à natalidade desejada” será acompanhada de um outra que é a da distribuição assimétrica da população, com densas concentrações em núcleos do litoral e vastas áreas do interior em processo de profunda depressão demográfica, mais acentuada na base da pirâmide de distribuição etária. Se acrescentarmos uma significativa emigração da população jovem ocorrida nos últimos anos, na procura de

condições de vida e de empregabilidade que o país não consegue garantir, estamos perante um problema de enormes dimensões.

É, assim, inevitável que à mudança de estrutura demográfica da população correspondam mudanças de atitudes, nos valores e nas representações do desporto vigentes no quadro geral da sociedade, com naturais reflexos na estrutura e dinâmica do nosso tecido desportivo. A procura desportiva será, inevitavelmente, um painel de reflexo dessa transformação no plano quantitativo e qualitativo. Neste cenário é vital questionar que consequência se pode de esperar sobre o sistema de práticas desportivas?

Começar por compreender estas tendências é um primeiro passo para encontrar soluções que desobstaculizem a expressão e o desenvolvimento do desporto como facto cultural e como prática de excelência no contexto da sociedade portuguesa, integrado numa política de fomento da natalidade. Daí que importe reconhecer os novos significados que o desporto representará para todos, os praticantes e os não-praticantes, os beneficiários e os contribuintes do investimento social que o próprio desporto constitui e implica.

A compressão demográfica tenderá a penalizar, de um modo mais evidente, a acessibilidade à prática desportiva de excelência, quer pelas dificuldades resultantes de um quotidiano urbano pouco favorável, em termos temporais e espaciais, às rotinas da preparação desportiva orientada para o rendimento quer pelo isolamento dos atletas que, nas regiões do interior, não encontrarão as condições de organização competitiva que estimulem a emulação e a permanência no regime de treino. Por outro lado a redução quantitativa do número de jovens criará dificuldades acrescidas à captação desportiva em qualquer das suas dimensões.

As procuras desportivas acompanharão as alterações ocorridas na matriz identitária que moldou o conceito de desporto e o novo perfil demográfico. O “desporto para todos” que, até agora - e, sobretudo, nos anos que se seguiram à implementação do regime democrático – foi um conceito de inspiração principalmente quantitativa passará a revestir um sentido substancialmente diverso, determinado por novos públicos e novas necessidades e condições de acesso.

A emergência de um desporto ao serviço não só “de todos”- um conceito algo abstrato – mas, doravante, também ao serviço de um segmento afluente cada vez mais representativo, o idoso, é uma condição incontornável para a reformulação de critérios e a adoção de medidas que, até hoje, ou não eram de todo consideradas ou eram colocadas numa escala inferior de prioridades.

As ações desenvolvidas no âmbito autárquico, dirigidas para as populações adulta e idosa, constituem, sem dúvida, um indício de uma tomada de consciência do problema. O acesso do idoso à prática organizada das atividades físicas, do lazer ativo e do desporto adaptado às suas necessidades e limitações é um desígnio que procede, em primeiro lugar, das garantias constitucionais, e se inscreve no quadro das políticas sociais para que o desporto deverá contribuir numa presença cada vez mais expressiva.

Para tal, o edifício desportivo que se antevê adequado a esta condicionante demográfica terá de prever uma valência multigeracional, devendo esta ser promovida no sentido de alcançar soluções ajustadas a todos os segmentos etários da população, envolvendo instituições públicas e privadas e, nomeadamente, o movimento associativo, as autarquias e as instituições de solidariedade social. Porque não é possível, ou pelo menos não é desejável que estas entidades descurem o assinalável impacto desta tendência demográfica na

sustentabilidade do sistema de saúde e de segurança social e o papel preponderante que o investimento desportivo tem nestes domínios.

O desporto é um dos fatores com maior potencial para, numa abordagem preventiva, reduzir os encargos em despesas de saúde e prestações sociais. Representa um investimento importante dos poderes públicos junto das crianças e jovens no apoio à natalidade, diminuindo assim os encargos das famílias, conforme salienta o relatório referido anteriormente. Sabemos também que as políticas públicas orientadas numa tal abordagem tendem a ser mais eficazes e menos onerosas para o erário público daquelas que se fundam numa perspetiva reativa ou repressiva perante comportamentos de risco.

No entanto, para conferir escala ao seu potencial de criação de valor económico e social, o desporto, entendido como bem público cujos enormes benefícios se estendem bem para além do indivíduo que pratica esta atividade - e por isso objeto de apoio público e consagrado constitucionalmente como direito de todos os cidadãos -, carece de ajustar a sua orgânica e o seu modelo de desenvolvimento às circunstâncias e dinâmicas sociais atuais.

A começar, desde logo, pelos pilares do nosso sistema desportivo, as federações, associações e clubes desportivos, os quais, concentrando maioritariamente os seus recursos na vertente competitiva, nem sempre conseguem oferecer respostas adequadas e cativar segmentos populacionais com outras lógicas e motivações, que, cada vez mais, procuram soluções fora das organizações que compõem o referido sistema desportivo.

Assim, quando a fluidez dos vasos comunicantes do desporto, com a educação, a saúde, a cultura e a integração social se encontra obstruída, todo o processo

intergeracional de criação de valor para a comunidade fica comprometido, conferindo maior amplitude de ação a outros intervenientes.

Concentrando as organizações desportivas os seus recursos em torno da dimensão competitiva, transferindo-se para a esfera comercial e para o espectro salutogénico do ativismo físico outros domínios de intervenção desportiva, menoriza-se e confina-se a um espaço redutor uma das mais completas atividades para o desenvolvimento humano, não só no que respeita à consolidação de competências motoras, como fundamentalmente no que concerne à transmissão de valores cada vez mais prementes como o respeito, a superação, a excelência, a solidariedade e a não discriminação.

Com efeito, afigura-se crucial, perante as consequências deste cenário demográfico, que as federações desportivas, e todo o movimento associativo desportivo, reflitam, abram o espaço de debate e assumam qual a amplitude do seu espaço de intervenção e missão na concretização do que vulgarmente se designa por desenvolvimento da prática desportiva, sob pena de se balcanizar cada vez mais o desporto tornando-o refém instrumental de agendas estranhas, as quais não raras vezes contribuem para o seu enfraquecimento e desvalorização social.

Inevitavelmente se dispersam no tecido social as consequências desta tendência, nas mais diversas medidas, onde, porventura, a de maior dimensão e impacto se concretizou através da desqualificação da educação física e do desporto em ambiente escolar, num ato de gravíssimas consequências políticas, comprometendo-se as bases para que o desporto seja uma atividade socialmente relevante que acompanha o cidadão ao longo da sua vida, na sua condição de praticante ou consumidor de bens e serviços desportivos.

Perante este cenário, e tendo por base uma análise sociodemográfica à prática desportiva na União Europeia, realizada em 2002, 2009 e 2013 através de inquéritos Eurobarómetro, os dados disponíveis salientam um conjunto de tendências que merecem uma leitura preocupante sobre os constrangimentos ao efetivo exercício do direito a todos ao desporto e à sustentabilidade das condições para o desenvolvimento da prática desportiva, nomeadamente:

- Em média, 42% dos cidadãos da União Europeia nunca fazem exercício ou prática desportiva
- A frequência de exercício e prática desportiva tende a diminuir com a idade;
- Os homens tendem a fazer mais exercício ou praticarem mais desporto do que as mulheres, sendo esta diferença esbatida à medida que se avança na idade;
- Existe uma correlação, diretamente proporcional, entre o nível educacional e a frequência de exercício e prática desportiva;
- A principal razão (45%) invocada para não praticar desporto é a falta de tempo;
- A maioria dos inquiridos (76%) considera que lhe não são dadas condições e oportunidades na sua área de residência para a prática desportiva;
- A maioria dos europeus não têm qualquer vínculo associativo a clubes desportivos (74%), tendo havido um crescimento substancial em relação aos 67% assinalados em 2009;
- A maioria da população pratica desporto e exercita-se em espaços informais e de forma espontânea, acentuando-se esta tendência com a idade;

Estes dados que apontam para uma manifesta incapacidade do desporto se afirmar como fator de desenvolvimento social, colocando inúmeros desafios à forma como se organiza no seio do denominado modelo europeu, desde logo

quando um dos pilares de tal modelo é a sua estrutura baseada no voluntariado e onde apenas 7% dos cidadãos da UE são voluntários no âmbito do desporto.

Em Portugal a situação agrava-se considerando o perfil demográfico da sua população, anteriormente mencionado, associado à circunstância de na União Europeia a 28 ser o terceiro país com maior percentagem de inquiridos a afirmarem que nunca praticam desporto (64 % para uma média da UE 28 de 42%), o quarto onde esta tendência mais aumentou em relação a 2009 (+ 9 %) e aquele com menor percentagem de voluntariado em atividades desportivas (2%).

Com a introdução do desporto no Tratado de Lisboa como uma competência da União Europeia, ainda que complementar à ação dos Estados nacionais, e dando seguimento a um conjunto de anteriores orientações estratégicas, têm sido realizados diversos estudos e iniciativas com vista a aprofundar o conhecimento desta problemática a fim de desenvolver programas e medidas, em diversos domínios do desporto, destinadas a inverter esta tendência e dar resposta às exigências que se colocam face à evolução do perfil sócio demográfico da população europeia. E nesse sentido o desporto, pela primeira vez, será objeto de financiamento direto da Comissão Europeia no quadro do programa plurianual 2014-2020.

A mobilização do país em torno do desenvolvimento do desporto, da elevação da qualidade da prática e do desempenho dos seus representantes, é uma condição essencial a montante de todas as medidas, de carácter geral ou sectorial, legislativo ou administrativo, técnico ou político, concebíveis no quadro das competências normais das diversas instituições intervenientes.

É indispensável tornar perceptível aos cidadãos e aos decisores políticos que apoio ao desporto não é um custo mas um investimento com um retorno importante junto da comunidade, valorizando o papel das federações desportivas e outras entidades que compõem o mercado desportivo com novos modelos de oferta fora do espectro federado e associativo.

Contribuir para a promoção da prática do desporto, fundamentalmente através de um quadro de ação vocacionado para a divulgação dos valores como estratégia para um maior envolvimento e identidade social com o desporto, reforço da cultura desportiva e mobilização cívica para esta área, essenciais para consolidar e ampliar o peso da agenda política do desporto, em especial junto de outras políticas conexas e com impacto relevante (economia, fiscalidade, formação profissional, educação, turismo, ambiente, etc.).

Sem embargo da importância de uma abordagem transnacional, o constrangimento demográfico que o país atravessa, as suas consequências sobre o sistema desportivo nacional e a capacidade deste em se ajustar às circunstâncias que dele exigem um reposicionamento estratégico reclamam dos seus atores capacidade de visão e liderança, num processo onde não pode esperar que terceiros assumam decisões e orientações que em primeira ordem lhe incumbem, caso queira dar expressão ao seu valor social sem ficar refém de uma agenda que lhe é estranha.